



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

1 Aos vinte e quatro dias do mês de junho de 2019, às dezesseis horas, reuniram-se
2 nas dependências do CEA – Centro de Educação Ambiental, na Rua da Natureza,
3 155, Jardim Piza, os conselheiros constantes na lista de presença em anexo e os
4 demais presentes como ouvintes. O presidente Charles abre a reunião agradecendo
5 a presença de todos. Comunica que houveram problemas e a ata da 5ª reunião de
6 2019 não ficou pronta a tempo para ser votada nesta plenária, sendo prorrogada a
7 votação para a próxima reunião ordinária. Avança para o item **3.2) Avaliação global**
8 **do estado da natureza da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade**
9 **e Serviços Ecossistêmicos (IPBES/ONU)**, passando a palavra para o conselheiro
10 Gustavo Góes, que inicia falando que cerca de um mês foi lançado um documento
11 alarmante, colocando que um milhão de espécies no planeta estão ameaçadas de
12 extinção. Trouxe algumas informações que foram veiculadas no jornal O Globo.
13 Esse estudo foi realizado por uma plataforma mundial, que possui pesquisadores do
14 Brasil, conta com participação de 12 a 14 cientistas brasileiros. Então nos últimos
15 três anos, sabendo do nível de ameaça, 145 cientistas do mundo todo, se reuniram
16 para realizar esses estudos, resultando em uma compilação obtida de 15 mil fontes.
17 Resumidamente, dentre o um milhão de espécies ameaçadas, temos cinco
18 principais fios condutores diretos de mudança da natureza, sendo o principal deles a
19 mudança no uso da terra e do mar. Elucidando essa mudança na nossa realidade do
20 norte do Paraná, que faz parte do bioma da Mata Atlântica, em que o Paraná quase
21 em sua totalidade era coberto por floresta. Essa alteração é o principal condutor de
22 ameaça de extinção de espécie, essa transformação do uso do solo. Trazendo para
23 nossa realidade, temos apenas 11% do que era antes, então 89% foi colocado
24 abaixo. Outro condutor é a exploração direta, como caça, extração de madeira e
25 vegetais. O terceiro condutor é a mudança climática, com tendência de que se
26 intensifique mais. O quarto condutor é a poluição, onde a atividade humana gera
27 muita poluição. E o quinto condutor tratam-se de espécies invasoras, levadas pelo
28 homem ao bioma anteriormente natural, como por exemplo, cães e gatos



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

29 domésticos. Outro exemplo clássico é o “javaporco”, o javali é uma espécie
30 europeia, que foi introduzido aqui, causando inúmeras ameaças para as espécies
31 nativas. As espécies invasoras se aplicam também as plantas, os peixes, como o
32 caso das tilápias, que são peixes que invadem o ambiente de outras espécies.
33 Estima-se que atualmente existem oito milhões de espécies no mundo, sendo que
34 um milhão está ameaçada. Mundialmente já temos 75% do planeta que foi
35 severamente alterado. E outro dado importante, é o padrão de consumo mundial que
36 acaba pressionando, onde podemos observar isso claramente na Amazônia, na
37 Ásia, a pressão por energia, por açúcar ou por proteína, que acaba expandindo a
38 fronteira resultando em desmatamento e poluição. Porque a extinção de espécies é
39 importante, mostrando um gráfico que demonstra que estamos na sexta extinção em
40 massa, cientificamente temos o conhecimento de que houve no mundo cinco
41 extinções em massa que afetaram drasticamente o funcionamento do planeta, a
42 última no período cretáceo, que é mais conhecida, que foi a extinção dos
43 dinossauros que resultou numa alteração importante no planeta, acabando com 75%
44 da biodiversidade que existia naquela época. Atualmente temos a atividade humana
45 impactando, nos colocando próximos a outra grande extinção em massa. Isso é
46 importante, porque cada organismo, cada espécie, possui o seu papel para cumprir
47 na natureza, seja o inseto polinizando, seja um peixe numa cadeia alimentar que
48 regula o ecossistema, e principalmente nessas zonas tropicais, onde o ambiente é
49 muito complexo, onde a perda de uma espécie pode alterar totalmente o padrão de
50 funcionamento daquela floresta ou ambiente aquático, possibilitando pragas e a
51 perda de funcionamento daquele ambiente, que pode nos afetar também. Outro
52 dado muito importante é que 40% dos anfíbios, que é o grupo mais ameaçado, que
53 nos leva a olhar mais para o ambiente aquático e de mata ciliar, pois os anfíbios
54 estão bastante associados a zonas úmidas, e 40% deles estão sob risco de
55 desaparecer. Isso é um dado que nos faz olhar com maior cuidado para proteção de
56 nossos corpos hídricos. Há também 680 vertebrados que desapareceram desde o



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

57 século XVI. As zonas urbanas dobraram de tamanho desde 1992 até agora, um
58 dado importante, pois aqui no Brasil ainda há essa tendência de crescimento
59 populacional com conseqüente crescimento das zonas urbanas. Exemplificando os
60 grupos de espécies mais ameaçadas, são os anfíbios, répteis, crustáceos,
61 mamíferos. Uma pergunta que é feita, é como se conserva as espécies, perante os
62 dados alarmantes, como reverter essa situação, questionando se alguém teria
63 alguma sugestão. Existem diversas estratégias para proteção e conservação de
64 espécies, uma delas é a fiscalização, combate à caça, desenvolvimento de políticas
65 públicas de proteção dessas áreas mais importantes, pesquisa que irão subsidiar
66 informações, mas a principal delas, que se obtém mais sucesso no mundo todo, é a
67 delimitação dos espaços de conservação, com as unidades de conservação, sendo
68 a medida mais efetiva para preservação de espécies. A segunda sugestão, é que se
69 tem no Brasil, desde 2004, uma estratégia do Governo Federal, que aponta os locais
70 prioritários, pois não tem recurso para se investir em tudo, tem um estudo bastante
71 importante por meio do Ministério do Meio Ambiente em definir esses locais
72 prioritários. Existe uma publicação intitulada de Áreas Prioritárias Para Conservação
73 da Biodiversidade Brasileira, mostrando um mapa onde tem as áreas prioritárias
74 para se conservar. Foi levado em conta a importância biológica e as ameaças, uma
75 composição dos dois. O estudo dá um amparo para onde instituir as unidades de
76 conservação, como também, onde se realizar pesquisas, onde se deve implantar
77 projetos de recuperação. Pois a definição dessas áreas dá um direcionamento
78 técnico. Em 2004 foi feita a primeira definição de áreas prioritárias e em 2007 teve
79 uma atualização, e agora no final de 2018, teve a Portaria 18/12/2018 do Ministério
80 de Meio Ambiente que atualizou essas áreas. No mapa do Paraná, temos três
81 categorias de importância, onde em vermelho são as extremamente altas, em
82 laranja é muito alta e em amarelo é alta. E depois as prioridades de ação, que tem a
83 ver com o nível de ameaça. Em torno do Parque Nacional do Iguaçu, está definido
84 como extremamente alta a importância biológica, com prioridade de ação muito alta.



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

85 No Parque Estadual Morro do Diabo em São Paulo, na mesma situação que
86 Londrina, onde já temos uma área prioritária apontada para empenhar esforços.
87 Mostra um mapa, onde em rosa está o limite do município de Londrina. A área em
88 alaranjado, com muito alta importância biológica e muito alta prioridade de ação. A
89 área urbana de Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas e Apucarana, onde temos
90 nascentes de importantes corpos hídricos que chegam em Londrina. Dá para notar
91 um padrão, onde na região central apresenta os corpos hídricos que nascem na
92 rodovia BR-369 e vem para Londrina, e tem outros corpos hídricos que são
93 mananciais de abastecimento, como o Ribeirão Apertados que serve de manancial
94 para Arapongas. Com dados de informações biológicas importantes que se tem
95 dessas regiões e de ameaças, o Ministério do Meio Ambiente apontou no Brasil
96 inteiro, onde é prioritário empenhar esforços. Já se tem bastante conhecimento, em
97 muito esforço de conservação na Mata dos Godoy, com poucos resultados, dentro
98 do CONSEMMA já foi alvo de vários diálogos. Para finalizar, cada área destas, que
99 são inúmeras pelo país, o Ministério do Meio Ambiente apontou as ações prioritárias.
100 Em Londrina deve ser por volta de 100 hectares de área apontada como prioritária.
101 A principal ação recomendada é a proteção de espécie, pois temos dezenas de
102 espécies ameaçadas, principalmente na Mata dos Godoy, em todo seu entorno. E
103 outras ações como recuperação de área degradadas, criação e fortalecimento de
104 instrumentos de gestão territorial. Trouxe a reflexão, para todos, enquanto
105 CONSEMMA do que fazer, como direcionar, porque o Conselho é detentor da
106 aplicação do Fundo Municipal de Meio Ambiente, da Política Ambiental do Município
107 de Londrina, não podendo alegar desconhecimento de causa, pois o Conselho tem
108 um grande problema e também uma grande oportunidade para cuidar, podendo
109 reverter esse número alarmante de espécies ameaçadas. E temos muitas espécies
110 ameaçadas de extinção aqui, no Livro Vermelho de espécies ameaçadas do Paraná,
111 temos 28 espécies listadas somente da fauna. Além da reflexão trazida sobre o que
112 fazermos, a CT Biodiversidade, repetidas vezes nas Conferências e dentro do



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

113 CONSEMMA, trouxe a necessidade de fazer o plano municipal da Mata Atlântica,
114 para direcionar esforços para onde conservar. Nós temos 11% de floresta ainda em
115 Londrina, o que fazer com ela, dos 165 mil hectares em Londrina pouco mais de 1%
116 que está protegido formalmente por meio de Unidade de Conservação. Acredita que
117 o plano da Mata Atlântica daria uma base melhor, um fortalecimento de medida
118 pública ambiental, para ter mais forças junto ao poder público, para empenhar
119 esforços de conservação. Termina sua explanação, se colocando à disposição para
120 o diálogo. O conselheiro Rui opina que para se ter praticidade, deve ser elaborado
121 um projeto. O CONSEMMA possui recurso para que um projeto dessa natureza
122 possa ser executado. Para ser efetivo, sugere um projeto fatível de atuação na
123 procura de resultados da conservação. Gustavo Góes comunica que irá levar a
124 sugestão do Rui, em formular um projeto, para a Câmara Técnica de Biodiversidade,
125 para que seja trabalhada com posterior apresentação de um encaminhamento.
126 A ouvinte Luciana, se apresenta como engenheira florestal da Prefeitura de
127 Londrina, trabalha no IPPUL, está trabalhando no projeto de lei do Plano Diretor, que
128 está na Câmara, e é o ordenamento territorial do município de Londrina, que vai
129 promover o zoneamento futuramente em todas as áreas, o ZAM será um
130 instrumento futuro, mas o trabalho de zoneamento com uso e ocupação de solo já
131 está acontecendo dentro do escopo do Plano Diretor. Então vem de encontro a tudo
132 discutido até o momento, porque sem objetivos e metas não é possível trabalhar, a
133 intenção dessa apresentação é trazer esses pontos ao CONSEMMA. Anunciou que
134 falaria sobre o levantamento do uso e ocupação de solo da zona rural do município
135 de Londrina. Informa que está sendo finalizado o levantamento do município como
136 um todo. A área rural foi priorizada porque é justamente o mapeamento que não
137 temos ainda. O Dione apresentará a parte técnica, com as informações específicas.
138 O Dione se apresenta como graduando do curso de engenharia ambiental e
139 sanitária da UTFPR, e está atualmente estagiando no IPPUL, na área de
140 levantamento de dados do uso e ocupação do solo nas zonas rurais do município. O



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

141 estudo se dá através do geoprocessamento, que é a manipulação de dados
142 relacionados a imagens de satélite. O estudo foi realizado pela Prefeitura de
143 Londrina em parceria com o ICLEI, que nos forneceu a imagem do satélite spot 6,
144 que possui uma resolução espacial de um metro e meio, com uma qualidade
145 excelente de imagem, que dá para quantificar corretamente como se dá o uso e
146 ocupação de solo. O ano da imagem foi de 2016, então toda essa informação obtida
147 é referente a este ano, o software utilizado foi o Q-GIS, para delimitar essas áreas
148 da zona rural do município. No início foi utilizado plug-in semiautomático, porém, não
149 foi viável para o processamento dessas imagens, porque gastava mais de 300 horas
150 para processar imagens e demandava memória alta dos computadores. Então foi
151 substituído pelo software DZ, que levava aproximadamente 2 horas para
152 processamento de imagens. Em relação ao Plano Diretor de Londrina, que divide o
153 município em macrozonas, que foi o objeto do trabalho, onde cada estagiário ficou
154 responsável por uma macrozona para classificar o solo de acordo com sua
155 utilização. A Luciana ressalta que o projeto de lei está em tramitação na Câmara dos
156 Vereadores, então o que está valendo hoje é o zoneamento atual. Dione fala que
157 como resultado preliminar, foi obtida essa classificação: de acordo com as áreas
158 confluídas em rosa; floresta em estado médio e avançado; floresta inicial;
159 reflorestamento; área de várzea; agricultura, campos e pastagens; mineração e
160 corpo d'água. Percebe-se que tem um forte uso dessa área rural com a agricultura e
161 áreas ilegais construídas. Apresenta as dez classificações na zona rural de acordo
162 com o zoneamento ecológico do Paraná, que não foi utilizado totalmente, por se
163 tratar de uma classificação muito genérica, faltando detalhes específicos para o
164 município de Londrina. A Luciana ressalta que foi por isso que convidaram para
165 participar desta reunião, o Marciel, que é doutor em geografia e professor do
166 departamento de geografia da UEL, que participou ativamente como um dos que
167 escreveram o ZAM. Dione continua mostrando uma imagem cedida pelo ICLEI, em
168 que através dela se deu todo o processo de classificação, então através de



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

169 amostras, foi classificado o que era cada uso e ocupação, de cada amostragem
170 coletada. Para que não houvessem erros e conflitos, ocorreram visitas a campo,
171 durante quatro dias, em média em cinquenta pontos. Luciana ressalta que no caso
172 da nossa necessidade, enquanto zoneamento futuro, a escala utilizada é de 50 mil,
173 porque está dentro da diretriz metodológica do Ministério do Meio Ambiente, nada
174 realizando dentro do município ficará fora dessa diretriz. Dione fala que nas áreas
175 sem acesso, foi utilizado o drone para fornecer as imagens do local. Dentro da
176 macrozona de controle ambiental está inserido o uso e ocupação de solo na zona de
177 amortecimento da Mata dos Godoy, com o levantamento de todas as classes para
178 essa zona. Continua as mesmas classes, onde é perceptível o elevado uso de
179 agricultura, florestas em estágio médio e avançado e áreas construídas. A
180 classificação deu em áreas de agricultura o equivalente a 55,3%, florestas em
181 estágio médio e avançado em 25%, campos e pastagens em 8,25% e áreas
182 construídas em 0,40%, sendo esse o resultado final de uso e ocupação do solo
183 dentro da zona de amortecimento da Mata dos Godoy. Luciana ressalta que está
184 sendo utilizado todo o embasamento legal, em que a partir do momento que o Plano
185 Diretor foi sancionado, o ordenamento jurídico será alterado, inclusive terá toda a
186 atualização e verificação das leis que regem o município atualmente. Continuando,
187 fala que para construção do ZAM é preciso seguir uma metodologia que é dada pelo
188 Ministério de Meio Ambiente, que está contida em três cadernos de diretrizes
189 metodológicas. Zoneamento não é um instrumento proibitivo, é um instrumento de
190 definição de informações, prognóstico, cenários e apontar o direcionamento melhor
191 para todos. É um instrumento de planejamento que contempla todas as nuances.
192 Apresenta o fluxograma de qualquer etapa de ZR, esse é da diretriz metodológica do
193 Ministério de Meio Ambiente, e estamos na fase de planejamento, que engloba a
194 identificação das demandas, mobilização de recursos, que é a formação de uma
195 Comissão do município de Londrina como um todo. E foi concentrado atenção na
196 parte de diagnóstico, meio físico biótico. O ano base para as informações é 2016



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

197 porque o nosso senso é de 2010, e serão trabalhadas as estimativas do IBGE, que
198 são dados oficiais, pois a Prefeitura deve zelar pela legalidade. Foi feito a
199 propositura para UEL e Prefeitura de Londrina, para promover a contratação do
200 Professor Marciel, que tem expertise em zoneamento ecológico econômico, para dar
201 treinamento à Prefeitura, para que seja possível executar essa fase de prognóstico e
202 dar subsídios na implantação. A fase de prognóstico contempla promover com base
203 na situação atual, verificar cenários de atuação, bons e ruins, diretrizes gerais
204 específicas e as unidades de contenção. Para finalizar, tudo foi baseado na
205 legalidade, no artigo 13, do Decreto Federal que criou os critérios para zoneamento
206 ecológico econômico no Brasil. O Plano Diretor, em primeiro momento, vai propor, e
207 a partir disto será feito o zoneamento, sendo verificado as reais necessidades com
208 relação as áreas prioritárias. Então com a propositura dessas unidades dentro de
209 uma metodologia, será elaborado cenários, realizando prognósticos. O objetivo da
210 apresentação de hoje foi ressaltar que o Plano Diretor está em tramitação na
211 Câmara, mas que também o IPPUL está trabalhando internamente, enquanto órgão
212 de planejamento e pesquisa, para que os dados sejam trabalhados, trazendo isso ao
213 CONSEMMA, solicitando companheirismo, se colocando à disposição. Charles
214 questiona como o CONSEMMA pode contribuir. Luciana responde que será criada
215 uma Comissão, que é dentro da diretriz metodológica do Ministério, essa faixa de
216 planejamento contempla isso, e será feita a análise dessas informações. Ressalta
217 que os conselheiros Gustavo Góes e Rafael Ciciliato foram nomeados pelo
218 CONSEMMA para participar de todo o projeto do ZAM. Essa Comissão será
219 instituída tecnicamente, por Decreto Municipal. O Conselho é gestor do Fundo, e
220 viemos solicitar que esse convênio para contratação da expertise do Professor
221 Marciel, fosse disponibilizado com recursos do Fundo. Quando foi solicitado
222 participação nesta reunião, foi encaminhado o ofício com o cronograma de
223 execução, dizendo quais são as fases, qual o tempo, qual o valor que será investido.
224 O Conselho será importante para subsidiar institucionalmente. Luciana fala que o



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

225 Zoneamento Ambiental Municipal será uma lei municipal, com a revisão do Plano
226 Diretor, várias leis serão atualizadas e criadas no município, quando foi efetuado o
227 Zoneamento Ambiental Municipal ele também será motivo de projeto de lei junto à
228 Câmara Municipal. Gustavo Góes aponta que em sua apresentação tinha dito que
229 existiam 11% de floresta em Londrina, mas o dado mostrado pelo Dione é
230 equivalente a 30% para região da zona de amortecimento, havendo essa
231 disparidade porque os 11% são métodos diferentes, é um dado que reconhece
232 apenas fragmentos, um estudo que foi realizado na Mata Atlântica inteira, e
233 reconheceu fragmentos florestais acima de 13 hectares, por isso a diferença.
234 Continua falando sobre a questão do território, questiona se a Luciana disse que
235 outros municípios fizeram território excedendo outro município. Luciana responde
236 que excedendo as macrozonas, só é possível fazer o Zoneamento Ambiental
237 Municipal dentro do perímetro do município de Londrina. Não é possível sair do
238 limite territorial do município, porque a lei é municipal. Gustavo Góes questiona se
239 não seria o caso de ser feito um diagnóstico, tendo em vista que os rios que cortam
240 Londrina vêm de outros municípios. Luciana esclarece que só temos a imagem do
241 município de Londrina. Gustavo Góes questiona sobre a interface do ZAM, se ele irá
242 subsidiar a lei de uso e ocupação do solo, se o cronograma está contemplado para
243 isso e se a lei do ZAM irá integrar o Plano Diretor. Luciana responde que se for
244 verificar a legislação do Zoneamento Ecológico Econômico ele é basilar para Plano
245 Diretores de um modo geral. Então futuramente o nosso ZAM, que será revisto
246 também como qualquer zoneamento, ele vai basilar a revisão do Plano Diretor.
247 Gustavo Góes questiona se nesta que está ocorrendo. Luciana responde que não,
248 porque não tiveram oportunidade de começar o ZAM ainda, pois são momentos
249 diferentes. O Plano Diretor começou no governo anterior, a oportunidade de estudar
250 isso está sendo nesse momento. Uma ouvinte presente diz que considerando que a
251 lei de uso e ocupação do solo está em andamento, a intenção é acelerar a agenda
252 do ZAM, para se ter subsídios concretos para que possamos definir corretamente a



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

253 questão do uso e ocupação. O conselheiro Carlos questiona se o CONSEMMA já
254 liberou recursos para pagamento do ICLEI. A Luciana responde que foi liberado
255 R\$4.000,00 (quatro mil reais) para pagamento da anuidade do ano passado e que a
256 deste ano está atrasada, e mesmo com sem a anuidade em dia, eles
257 disponibilizaram as informações. Informa que o recurso para pagamento da
258 anuidade de 2019 será solicitado ao CONSEMMA, que já tem um processo SEI em
259 andamento. Gustavo Góes ressalta que o Plano da Mata Atlântica de 2013 a 2015,
260 esteve presente nas Conferências, porém infelizmente não foi possível colocá-lo em
261 prática. Embora sejam análogas as iniciativas, demonstra a preocupação de que
262 essa prioridade que foi definida enquanto sociedade de Londrina de elaborar o Plano
263 da Mata Atlântica, tem a preocupação de que se o ZAM em sua totalidade vai
264 absorver isso, acreditando que não. Sugere que a CT de Biodiversidade estude
265 melhor os produtos do ZAM para verificar o que pode ficar de fora, se não poderia
266 integrar, pois temos R\$100.000,00 (cem mil reais) deliberados para elaborar o
267 Plano. Luciana esclarece que o Zoneamento Ambiental Municipal trará um
268 diagnóstico apurado, com a imagem que temos. Então será possível fazer um
269 diagnóstico com todos os nuances que irão promover o Plano, porque o
270 Zoneamento cria diretrizes gerais e específicas de cenários futuros, e o Plano é um
271 tipo de política pública. O encaminhamento proposto por Charles é que a Câmara
272 Técnica do Fundo avalie a proposta do ZAM. Com a maioria sendo favorável, o
273 encaminhamento foi aprovado. O conselheiro Gustavo Marconi se apresenta como
274 geógrafo, diz que teve uma reunião da Comissão que foi criada, para discutir sobre o
275 I Fórum de Conselhos Municipais do Meio Ambiente do Paraná. A proposta do
276 Fórum é utilizar os conhecimentos, as expertises, as experiências, aquilo tudo que já
277 está acontecendo dentro dos conselhos, que podem ser de grande valia essa troca
278 de experiências. Nesse sentido se deu o nome “Paraná da Natureza – Como tornar
279 realidade essa visão? ”, para tornar real essa visão ambiental. A data prevista é 14
280 de outubro de 2019, com previsão de 150 participantes. Importante ressaltar que



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

281 essa data é véspera do EPEA 2019, e o EPEA gostou da ideia de alinhar o evento
282 com o Fórum. O EPEA irá ocorrer de 15 a 17 de outubro na UEL. É muito comum no
283 EPEA vir pessoas que estão ligadas aos Conselhos Municipais. O objetivo do Fórum
284 é obter resultados para o município, compartilhando as experiências de sucesso, as
285 melhores práticas, propostas de leis diferenciadas, caracterizar uma pauta
286 ambiental. Neste sentido, a ideia é perguntar para esses municípios quais são as
287 experiências que cada um está desenvolvendo. O evento gera integração dos
288 corpos técnicos dos diversos conselhos municipais, conhecimento aos diversos
289 projetos e proximidade com suas coordenações. Será um evento técnico político
290 institucional, que contará com a participação dos presidentes dos conselhos
291 municipais, representando seus respectivos conselhos, diretores dos conselhos,
292 autoridades públicas, autoridades de órgãos técnicos. Todos os conselhos deverão
293 enviar antecipadamente um breve relato que deve ser apresentado à Comissão
294 Organizadora, contando qual a situação atual do seu Conselho, apontando quais os
295 três pontos principais de discussão e quais as prioridades definidas pelo município
296 na área ambiental. A proposta é um evento com duração de um dia, com recepção
297 às 08:30, abertura às 09:30, 10:00 iniciando as palestras. O cronograma será
298 discutido melhor, para ser adequado para todos. Comunica que o Charles teve a
299 oportunidade de visitar Conselho Estadual de Meio Ambiente. Temos a necessidade
300 atual de recursos para realizar esse evento, sendo calculado o valor de R\$50.000,00
301 (cinquenta mil reais). Charles ressalta que esse é um levantamento prévio, com a
302 intenção de deixar aberto para que o CONSEMMA avalie se esse teto proposto é um
303 valor justo, adequado, sendo que todo e qualquer custo em investimento de recursos
304 do Fundo para esse fim, será prestado contas posteriormente. Outra questão é que
305 tem que haver uma gestão desse valor, quem será responsável por ele, onde o
306 Charles coloca a ANPEA, instituição que representa dentro do Conselho, para ficar
307 responsável por essa gestão e prestação de contas. Alguém presente questiona
308 como está o Fundo do Meio Ambiente, se temos esse recurso. Charles responde



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019

309 que não tem em mãos o saldo atualizado do Fundo, mas que esse valor
310 provavelmente está disponível. A Solange considera R\$50.000,00 (cinquenta mil
311 reais) um valor alto, por se tratar de um evento de apenas um dia, sendo necessário
312 fazer um orçamento mais detalhado, considerando a possibilidade de trazer
313 palestrantes de fora. Charles ressalta que a Associação, num primeiro momento,
314 poderá ficar responsável pelas doações de patrocinadores. Solange questiona se
315 tudo isso irá passar por licitação da Prefeitura. Gerson responde que o que for sair
316 do Conselho, sim. Charles esclarece que tudo que foi utilizado, disposto, gasto neste
317 evento, passará pelo CONSEMMA e pelo Fundo. Gustavo Góes sugere que seja
318 definido melhor os parâmetros e limites que a ANPEA irá utilizar para administrar os
319 recursos do evento. **Neste momento o gravador parou de funcionar.** Sobre o
320 restante da reunião não registrado por problemas com o gravador, o conselheiro
321 Gustavo Góes colaborou por e-mail, lembrando da pauta do bosque, na qual uma
322 pessoa que estava junto da Solange Batigliana fez uso da palavra. Lembrou também
323 que encaminhamos de nos manifestar para CML colocando o CONSEMMA para
324 participar da discussão e de manifestar à SEMA sobre os encaminhamentos
325 ocorridos a partir do grupo técnico formado anos atrás para tratar a questão dos
326 pombos e do Bosque Municipal. Não havendo mais assuntos, a reunião se encerrou
327 às dezoito horas e quarenta minutos, sendo lavrada a presente ata que, se lida e
328 achada de acordo, segue assinada por mim, Lislely Maluf Okada, estagiária,
329 designada, pelo Presidente do CONSEMMA, Charles Dos Santos (Biênio
330 2018/2019).